



Presidente p.6

Portugal está amarrado a um modelo "socialista e estatizante"



PSD p.9

A sociedade deve "libertar-se da corrupção, do compadrio"

# POVO LIVRE



nº 1966

26 de abril de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## Fortalecer a defesa da União Europeia com os EUA

O presidente do PSD discursou na FLAD





Pedro Passos Coelho na I Escola Europa, em Madrid

## “Vale a pena pensar a Europa”

Na “conferência principal” da Escola Europa, em Aranjuez, arredores de Madrid, dia 22, ao lado do presidente do Partido Popular e chefe do Governo espanhol, Mariano Rajoy, o líder do PSD realçou que “só teremos Europa no futuro se cortarmos caminho ao radicalismo e ao populismo”. “Precisamos de ter mecanismos a nível europeu que auxiliem os países a fazerem verdadeiras reformas estruturais. A Europa continua a oferecer muitas garantias a quem está dentro mas muito poucas a quem está fora”, alertou Pedro Passos Coelho.

“As sociedades devem ser abertas, cosmopolitas para atrair os melhores. Há coisas incríveis a acontecer no Mundo que não acontecem na Europa”, sublinhou o presidente do PSD.

Segundo os organizadores do Partido Popular Europeu (PPE), que integra o PSD português e o PP espanhol, pretende-se “aproximar os jovens da realidade europeia, dar a conhecer as políticas da UE [União Europeia] e as suas instituições (com destaque para o Parlamento Europeu) através de conferências, mesas redondas e debates com os participantes”.

Pedro Passos Coelho partilhou a sua visão sobre a Europa e o futuro da União, um projeto de integração que ainda enfrenta alguns desafios. Os mais jovens, que estão a começar a vida, “sabem que a Europa é algo que não se projeta para fora do país, mas que faz parte do país. Queremos viver dentro da Europa como portugueses, espanhóis ou franceses, mas estar dentro da Europa como um espaço comum”.

A Escola Europa é um projeto inspirado na Universidade Europa e na Universidade de Verão, promovidas em Portugal, e que foi organizada por iniciativa da delegação espanhola do PPE no Parlamento Europeu. Tem como objetivo aproximar os jovens da realidade europeia, dar a conhecer as políticas da UE e as suas instituições (com destaque para o Parlamento Europeu), através de conferências, mesas redondas e debates com os participantes. Os oradores convidados foram portugueses e espanhóis, deputados ao Parlamento Europeu, membros ou ex-membros do Governo ou personalidades de prestígio no âmbito social, académico ou profissional. A I iniciativa de Formação da Escola Europa ocorreu nos dias 20, 21, 22 e 23 de Abril de 2017, em Alcalá de Henares (cidade universitária perto de Madrid). Trata-se de uma iniciativa conjunta do PP espanhol e do PSD de Portugal e contará com 50 alunos espanhóis e portugueses, selecionados em função do seu currículo e proposta de candidatura. A Escola centrou-se nos desafios da



Europa no século XXI: Valores e políticas da UE; Economia, competitividade e desenvolvimento sustentável; e Modelo Social Europeu. Ana Mato, do PP espanhol, e Carlos Coelho, do PSD, são os responsáveis da equipa organizadora da Escola Europa.

### “Uma Europa de Estados”

O Presidente do PSD afirmou que continua “a olhar para a Europa como um projeto político importante e mobilizador, embora não federal. Acredito numa Europa de Estados, não no Estado europeu. É muito importante, para a diversidade política da Europa, que possamos apresentar-nos como países responsáveis que acrescentam algo à Europa. Enquanto fizermos isto, enquanto retribuirmos com responsabilidade e solidariedade, a Europa será mais do que uma União de Estados. E isso, para quem tem hoje 20, 25 ou 30 anos, é decisivamente diferente. Hoje, os jovens sabem que a Europa faz parte do nosso país, que estamos dentro da Europa como um espaço comum, onde podemos ter um destino em comum.”

### Criação do Fundo Monetário Europeu

“Na Europa, precisamos de ter uma agenda de crescimento. O plano Juncker não funcionou tão bem como era a perspectiva. Precisamos de atrair muito mais investimento para a Europa e de saber lidar com as crises de outra maneira. Temos de criar um Fundo Monetário Europeu. Não há nenhuma razão para que a Europa não trate destes problemas com as competências que reuniu e com os meios de que dispõe. Podemos fazê-lo, mas isso exige, à escala europeia, que se complete o processo de união bancária, que se crie uma verdadeira união financeira, para termos um edifício em torno do Euro mais robusto do que o que temos”.

### Futuro da Europa

“Precisamos de atrair investimento. Não podemos viver eternamente à custa das facilidades que nos estão a ser outorgadas pelo Banco Central Europeu. Temos de ter mecanismos que auxiliem os países a fazerem reformas estruturais importantes. Temos de trazer para dentro os jovens que estão fora. É esse o futuro da nossa Europa, senão envelheceremos mais rapidamente e perderemos força no mundo.

A Europa enfrenta ainda problemas sérios. Ainda não ultrapassámos totalmente os problemas económicos e financeiros. Não há ainda, à escala europeia, uma solução para lidar com o futuro. O nível de dívida é ainda um travão ao crescimento em muitos países. Temos problemas sérios a resolver quando pensamos na segurança coletiva. Ainda não há uma noção clara dos novos empregos que a

nova economia vai trazer. O rendimento disponível, para a generalidade dos jovens europeus, não é tão entusiasmante. Temos de criar algo de mais mobilizador para o futuro, temos de ter um programa económico em cada um dos países mas também na Europa, que melhore a nossa perspectiva. Só teremos Europa, no futuro, se chegarmos lá, e assim temos e cortar caminho aos populismos e radicalismos. Para isso, temos de ter as ferramentas certas para o crescimento.”

### Espanha

Pedro Passos Coelho congratulou as “reformas estruturais feitas em Espanha, que está a crescer acima da média. Cresceu mais de 3% nos últimos dois anos e mesmo este ano prevê-se que se aproxime novamente dos 3%. E isso é bom para o emprego, que também está a ser criado, em parte, pela confiança que se sente. Fez-se muito pelo futuro dos espanhóis e pelo futuro da União Europeia.”



# Fortalecer a defesa da União Europeia com os EUA



No sábado, 22 de abril, na conferência “III Luso-American Legislators Dialogue”, promovida pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Pedro Passos Coelho considerou “arriscado” e “irracional” qualquer modelo de defesa europeia sem os Estados Unidos.

Em relação aos Estados Unidos, o presidente do PSD afirmou esperar que “a poeira assente” após as últimas Eleições Presidenciais e exista a prazo uma abordagem diferente em relação à União Europeia.

Pedro Passos Coelho apontou com preocupação o facto de a administração norte-americana “ter pela primeira vez” uma atitude de “hostilidade” face à organização política da União Europeia, quase fazendo um convite a vários Estados-membros para que façam como o Reino Unido e contribuam para a sua desintegração.

Do lado da União Europeia, Pedro Passos Coelho também identificou fenómenos preocupantes que se agravaram após a crise financeira de 2008 e considerou que as atuais eleições presidenciais francesas “são o símbolo” do “choque” em torno das tensões existentes,



com fenómenos populistas de extrema-direita ou de extrema-esquerda, com a emergência de nacionalismos e de concepções protecionistas.

Para o presidente do PSD, a União Europeia enfraqueceu no plano da defesa e da sua dimensão atlântica com a decisão de saída do Reino Unido e depara-se no presente com riscos diversos ao nível da segurança nas suas fronteiras a sul (no Mediterrâneo), a leste com a Rússia e em relação ao Médio Oriente.

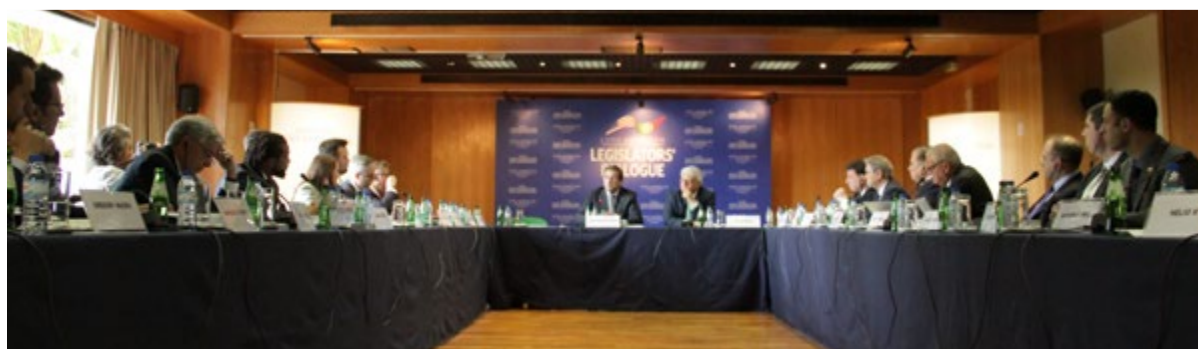
“Julgo que voltar a uma ideia de Europa da segurança e da defesa fora do quadro da NATO não promove a estabilidade e a segurança global. É muito importante que os Estados-membros que fazem parte da NATO invistam mais na defesa, mesmo que isso para alguns represente uma escolha difícil, porque a Europa ainda está muito a lamber as feridas da última crise económica e financeira”, declarou.

Porém, esse acréscimo de investimento da Europa na defesa é inevitável, “mas não para olhar apenas para si própria”.

“Um esquema europeu de defesa em relação ao atlântico é irracional, porque se revelará mais dispendioso, e principalmente arriscado, já que a Europa enfrenta ameaças de carácter global. Tem de haver também do

lado dos Estados Unidos a ideia de que a estabilidade global depende desta relação transatlântica”, acentuou.

Na intervenção subordinada ao tema da “União Europeia e as Relações Transatlânticas”, Pedro Passos Coelho deixou mensagens de esperança face à evolução da União Europeia e dos Estados Unidos: “Espero que a Europa possa completar o seu edifício em termos monetários e económicos, ultrapassando estas tensões nacionalistas e populistas; e espero que do lado dos Estados Unidos a poeira também assente e quanto mais distante se ficar da campanha [presidencial] mais se regresse às opções centrais do pós-queda do Muro de Berlim e que continuem a ser da maior relevância para os dois lados do Atlântico”.



Jantar de apresentação da recandidatura de Silvério Regalado a Vagos

# Portugal está amarrado a um modelo “socialista e estatizante”



O líder do PSD acusou o Governo de António Costa de não ter uma agenda reformista para Portugal e de estar amarrado a um modelo económico “socialista e estatizante”, que bloqueia o desenvolvimento do país. “O país está adiado porque o Governo só pensa a curto prazo. Ninguém se esforça para pensar no futuro e na agenda de reformas que traga mais ambição para a nossa economia”, disse Pedro Passos Coelho.

De acordo com o presidente social-democrata, que participava no jantar de apresentação da recandidatura de Silvério Regalado ao município de Vagos, dia 21, Portugal não está a fazer o que era preciso para crescer mais e melhor e, nalgumas situações, está a “andar para trás”, acusando o Executivo socialista de transmitir uma mensagem à sociedade de que “deve evitar serviços que não sejam públicos”.

O líder do PSD deu como exemplos a educação e a saúde, acusando os partidos que suportam o Governo de ter uma visão “socializante, estatizante e comunista, que os portugueses rejeitaram há muito tempo”.

Sobre as finanças públicas do país, o líder do PSD disse que as contas já “estavam a correr bem” antes do atual Governo chegar ao poder, afirmando que foi criado mais emprego em 2014 e 2015 do que em 2016 e que Portugal acabou “por crescer menos o ano passado do que o balanço que vinha de trás”.



“Porque é que o Governo não reconhece que até tinha a obrigação de acelerar a recuperação económica em vez de a abrandar?”, questionou.

Para Pedro Passos Coelho, a resposta é óbvia: “nunca se pode construir o futuro apenas a gerir a herança que se recebeu do passado”.

“A herança que este Governo recebeu, e que foi deixada pelos portugueses nos anos em que estivemos no Governo, foi uma boa herança e bem melhor do que aquela que o país recebeu em 2011”, sublinhou.

O presidente social-democrata acusou ainda o executivo de António Costa de estar a “delapidar” a herança “quer pelas reversões que vão sendo feitas na economia, nas reformas estruturais, quer sobretudo porque não existe nenhuma ambição para fazer qualquer reforma de futuro”.

Pedro Passos Coelho considera que o país “para crescer e criar mais emprego, ter mais rendimento, para não ter uma economia baseada em salários mínimos e para poder olhar para os serviços públicos, nós temos de saber empreender uma agenda reformista, que não mora na maioria da extrema-esquerda que hoje governa o país”.





# Inauguração do retrato oficial de Assunção Esteves no Parlamento

O retrato oficial de Maria da Assunção Esteves consta, desde o dia 19, na Galeria dos Presidentes, na Assembleia da República. A primeira mulher a tornar-se presidente da Assembleia da República (AR) exerceu funções entre 21 de junho de 2011 e 22 de outubro de 2015.

“Presidir ao Parlamento foi a maior honra da minha vida”, foi assim que a social-democrata se referiu, em julho de 2015 em reunião plenária, ao cargo por si exercido. Também aquando do discurso de tomada de posse, Assunção Esteves referiu tratar-se da “maior honra”, porque “o Parlamento é liberdade que se fez instituição”, “se constrói sobre o discurso dos direitos e da sua força legitimadora, evidenciado pelo voto universal, livre e igual”. Disse tratar-se de um “orgulho” e de uma “responsabilidade” comum aos 230 deputados eleitos. “Ou decidimos melhor o mundo ou teremos de perguntar como se dorme o nosso sono”, salientou.

Assunção Esteves dedicou, em 21 de junho de 2011, o seu “momento de alegria a todas as mulheres. Às mulheres políticas que trazem para o espaço público o valor da entrega e a matriz do amor, mas, sobretudo, às mulheres anónimas e oprimidas”. Afirmando que a função que assumia era, “por natureza, não partidária”, agradeceu ao PSD [“em cujas fileiras percorri os caminhos da política”, afirmou] por ter sido indicada para o cargo.

Nascida em Valpaços, Vila Real, Assunção Esteves é licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa, e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, pela mesma instituição. Foi deputada à Assembleia da República entre 1987 e 1989 e 2002 e 2004, pelo círculo de Vila Real. Foi, também, deputada ao Parlamento Europeu, entre 2004 e 2009. No PSD, foi vice-presidente (maio de 2006 e maio de 2007), membro do Conselho de Jurisdição Nacional (1998-1999) e membro da Comissão Política Nacional (1999-2000).







Sessão solene dos 43 anos do 25 de Abril

**A sociedade deve “libertar-se da corrupção, do compadrio”**

Nas comemorações do 25 de Abril, na Assembleia da República, Teresa Leal Coelho, em representação do PSD, defendeu a existência de uma sociedade livre, justa e inclusiva. Uma sociedade que se liberte da opacidade existente. “Deve a sociedade libertar-se dos privilégios injustificados, da corrupção, do compadrio e da opacidade. Deve libertar-se de instituições políticas e económicas que potenciem o enriquecimento ilegítimo à custa do resto da sociedade”, frisou a vice-presidente do PSD.

Teresa Leal Coelho defendeu a criminalização do enriquecimento ilícito, considerando que a sociedade desejada pela maioria dos portugueses “é uma sociedade na qual a proveniência da riqueza deve ser justificada, e assim o enriquecimento ilícito criminalizado”.

Em relação à forma como a Educação está a ser gerida por este Executivo, o PSD pediu uma “aposta firme” como forma de garantir a igualdade de oportunidades.

“Destruir este sistema de ensino que garante oportunidades efetivas é colocar uma nação em risco, é ameaçar a massa crítica do futuro, é condenar a sociedade à estagnação e à pobreza, é levar as pessoas a desistir de sonhar e de lutar”, afirmou Teresa Leal Coelho.

Os portugueses querem uma sociedade em que “cada um seja responsável por construir a sua própria vida, tendo condições e capacidade de realizar o que desejar de acordo com o seu talento, a sua vocação e o mérito das suas escolhas”.

Ao citar Francisco Sá Carneiro, Teresa Leal Coelho recebeu uma enorme salva de palmas e recordou: “O socialismo marxista, coletivista e estatizante, por mais suave que seja o seu discurso, não convém ao progresso dos povos nem ao livre desenvolvimento dos homens e das mulheres, até porque é arcaico”.

O PSD recordou também Mário Soares, agradecendo-lhe a sua escolha pela “consolidação da liberdade, da democracia e da descentralização, da opção europeia”.

“Aquele que foi um dos mais marcantes rostos da luta para que, na continuação de abril, Portugal permanecesse do lado livre, democrata e inclusivo de um mundo dividido por um muro, entretanto derrubado”, afirmou, agradecendo a Mário Soares e a todos os que “lutaram e persistem em lutar pelos ideais da liberdade e da inclusão”.

Para a deputada, celebrar o 25 de Abril é trabalhar para garantir a liberdade dos portugueses. Uma liberdade no plano dos Direitos Fundamentais, mas também uma liberdade económica. A sustentabilidade e a responsabilidade das contas públicas são condições para que Portugal não fique nunca mais condicionado na sua liberdade por qualquer plano de ajustamento e intervenção externa.

Celebrar o 25 de Abril é assegurar que o Estado cumpre as suas funções primordiais, desde uma educação de qualidade à prestação de cuidados médicos no seu tempo devido.

Celebrar o 25 de Abril é trabalhar para garantir que o debate democrático não é degradado. A ausência de transparência no debate e na prestação de contas prejudica a democracia na sua relação entre eleitos e eleitores.

Celebrar o 25 de Abril é lutar por uma Europa unida, uma Europa de estados, que é mais forte quanto mais fortes forem as nações que a constituem.

No dia 25, o Presidente da República agraciou, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada, o fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro.



Fernando Queiroga em entrevista

# Boticas, uma autarquia de portas abertas



Dedicação e proximidade são as ferramentas de Fernando Queiroga para a recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Boticas.

Depois do sucesso da aposta no turismo – que marcou o seu primeiro mandato – o atual presidente quer dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser feito. Destacando os pilares da ação social e educação como fundamentais na sua estratégia para Boticas, Fernando Queiroga concretiza um dos principais desafios do próximo ciclo do poder local – a coesão, aliada à valorização dos territórios de baixa densidade e, em particular, do interior do País. “Se não houver atratividade, empregabilidade e alguma dinâmica económica, estes territórios estão condenados ao desaparecimento”, avisa.

Esta é, de resto, uma das marcas dos social-democratas no que ao poder local diz respeito. “A génese do PSD é a coesão territorial, o desenvolvimento, a solidariedade”, aponta o candidato, constatando que “ser autarca do PSD é termos estas responsabilidades, para fazer projetos em prol dos nossos concidadãos”. Além disso, “ser um autarca do PSD é um orgulho”, acrescenta, prometendo não se demover “nem um milímetro destes princípios”: “Estamos atentos, estamos dedicados às pessoas, ao nosso concelho”.

“Só assim é que o PSD tem sucesso”, acredita Fernando Queiroga, que quer continuar a fazer de Boticas uma autarquia de portas abertas a todos os municípios.

## Qual o retrato que faz da cidade?

Boticas é uma cidade aprazível, uma cidade que convida, uma cidade que, quem visita, fica encantado. Temos tido um trabalho de dar melhores condições de habitabilidade aos nossos municípios, mas também com o pressuposto de que quem nos visita ficar agradado. Boticas está na moda, porque sabemos receber bem. Aliás, o lema do nosso concelho é “Boticas - A sedução da Montanha”. Quem vem a Boticas deixa-se seduzir e vem sempre uma segunda vez, porque esta gente hospitaleira, neste concelho agradável e convidativo... As pessoas ficam encantadas e regressam sempre com maior satisfação e trazem sempre mais gente. É isso que pretendemos: trazer gente ao nosso concelho, para quem cá está, continue a ter a dinâmica económica de cá querer ficar.

## Que autarquia temos hoje?

Estamos numa autarquia dinâmica, aberta à sociedade, que ouve os seus municípios e faz com que os caminhos a seguir vão ao encontro daquilo que os municípios entendem.

Somos eleitos para fazer aquilo que as pessoas mais anseiam. Neste espírito de proximidade e de abertura para com a sociedade, vamos fazer as nossas iniciativas, os nossos projetos. É uma autarquia aberta, dinâmica e atenta às necessidades do concelho.

## Quais são as prioridades da sua candidatura?

No seguimento do anterior mandato, apostamos no turismo para cativar gente, trazer gente para o nosso concelho. A ação social e à educação – dois pilares fundamentais no próximo mandato – iremos continuar a apostar nesta vertente.

Sendo um concelho com uma população bastante idosa, o aspeto social não pode ser descurado, merecem a nossa atenção. Fizemos muito por este concelho e agora é a parte de a autarquia dar o sinal de agradecimento a estes cidadãos.

A educação: damos os apoios possíveis, para que a população não seja minorizada pelo facto de este ser de um concelho do interior. Se não houver atratividade, empregabilidade e alguma dinâmica económica, estes territórios estão condenados ao desaparecimento. Conseguimos estabilizar o decréscimo da natalidade e estamos nesta missão árdua de cativar empresários para a criação de emprego. É este o caminho que vamos continuar a trilhar.

## Que compromisso assume para com os municípios?

Uma dedicação total, uma proximidade para com os meus concidadãos. Eles sentem as portas do meu gabinete abertas. A qualquer hora, a qualquer dia estou disponível para ouvi-los. Se não houver esta interligação e aproximação, os nossos projetos não têm resultado.

Temos tido um número de atividades em que a própria sociedade converge para estas iniciativas. A proximidade dá-nos garantias de sucesso. Uma autarquia aberta, para ouvir todos, não exclui ninguém, está atenta a todos os

municípios. Somos uma autarquia convergente, não queremos ostracizar ninguém, queremos todos do nosso lado. Só assim é que os projetos têm mais futuro.

## Como trabalhará em Boticas o desafio da coesão?

A génese do PSD é a coesão territorial, o desenvolvimento, a questão solidária, está na génese dos autarcas social-democratas. O poder local é o pilar do PSD. Ser autarca do PSD é termos estas responsabilidades, para fazer projetos em prol dos nossos concidadãos. O PSD não se pode alhear do poder local. Das assembleias de freguesia às câmaras municipais é aqui que está a força do PSD.

Ser um autarca do PSD é um orgulho. Estamos atentos e somos dedicados às pessoas. Não se está nestes lugares em prol de causas próprias mas em prol do nosso território. Não me desvio nem um milímetro destes princípios. Só assim é que o PSD tem sucesso.

## Qual a marca da sua candidatura?

Dedico-me a 100% a esta causa. Gosto do que faço, gosto de ser presidente da câmara e gosto da proximidade muito grande com os meus municípios. São estes três pilares fundamentais que garantem o sucesso.

Temos sentido, durante estes quatro anos, mais gente a aderir às nossas causas.

Estamos atentos, não excluimos ninguém. Estes próximos quatro anos serão o seguimento. Nunca conseguimos fazer tudo e isto é que nos dá força para continuar. Gosto de fazer, de ajudar as pessoas do meu concelho.

Garantidamente – não tenho dúvidas – o resultado das próximas eleições autárquicas ainda vai ser mais satisfatório do que em 2013. Porque nós estamos atentos. Gostamos de falar com as pessoas. Temos proximidade com as pessoas e temos a certeza de que vamos ter bons resultados.

Durante os últimos quatro anos, trabalhámos todos os dias e nunca estamos satisfeitos, porque queremos fazer mais.

A autarquia de Boticas continuará, sob as bandeiras do PSD, a defender causas nobres que o partido sempre defendeu.



## Matos Rosa na assinatura do acordo “Coligação Mais” em Vila Franca de Xira

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa esteve na cerimónia de assinatura do acordo autárquico “Coligação Mais”, para o concelho de Vila Franca de Xira, 19 de abril de 2017.



Fundo de Resolução

# PSD exige a renegociação do empréstimo para defender os contribuintes



Os contribuintes vão perder centenas de milhões de euros, por uma renegociação com “juros de favor” à banca e com o capital emprestado devolvido ao fim de 30 anos. Os contribuintes arriscam perder centenas de milhões de euros. PSD recomenda ao Governo novo acordo.

O PSD recomenda ao Governo que volte a negociar as condições de empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução. Em causa está o facto de o Estado só receber os 3.900 milhões de euros emprestados ao fim de 30 anos e praticar uma taxa favorável à banca, inferior à paga aos mercados pelo tesouro português.

O Estado deve receber um montante atualizado de “pelo menos igual ao valor emprestado (3.900 milhões de euros)”. É importante, defendem os social-democratas, que se evite “valor atualizado líquido negativo”. A

renegociação e acordo das condições de empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução (participado pelos bancos) foi anunciada em 21 de março.

O PSD recorda, em documento entregue no Parlamento, que “o Governo acordou uma renegociação muito substancial dos termos do empréstimo concedido pelo Estado ao Fundo de Resolução em agosto de 2014, tendo em vista a capitalização do Novo Banco, no valor de 3.900 milhões de euros. Esta renegociação consistiu numa significativa alteração das condições do empréstimo, quer no que se refere à maturidade, quer à taxa de juro”.

O atual Executivo já fez duas revisões do referido empréstimo que, de acordo com o PSD, “tem agora vencimento em dezembro de 2046”. Por sua vez, “a taxa de juro foi fixada em valores significativamente inferiores ao custo a que o Estado se financia, quer se

adote como referência a taxa de juro da República para o mesmo prazo, quer a taxa média de financiamento do Estado Português”. Assim, o Estado só vai receber os 3.900 milhões de euros emprestados ao fim de 30 anos. Anualmente, serão apenas pagos os juros. Para o PSD, “esta renegociação do empréstimo diminuiu, portanto, o valor atual dos pagamentos de juros e do capital, além de os colocar significativamente abaixo do custo em que incorre o Estado para mobilizar os meios financeiros emprestados”.

Importa, pois, “rever as condições da renegociação do empréstimo, encontrando vias alternativas que assegurem que os contribuintes não são penalizados”, reiteram os parlamentares do PSD. E a renegociação deve ser feita “em termos tais que o Estado repercuta efetivamente os custos que tem de suportar para se financiar no montante que emprestou”, acrescentam.

# Reversões afetam professores e estudantes



O Governo de António Costa chegou e mudou. O resultado está à vista: as dificuldades e atrasos sentidos estão a gerar angústia e a afetar a qualidade da educação. Professores com dificuldade em certificar o tempo de serviço. Professores que lecionaram em contratos de associação impedidos de concorrer em concurso. Estudantes do Ensino Superior com bolsas em atraso.

Os professores do ensino particular e cooperativo não estão a conseguir certificar o tempo de serviço em plataforma da Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) criada para esse efeito. A denúncia é feita pelo Partido Social Democrata que pretende saber se o Ministério da Educação tem conhecimento da situação e, tendo, quais foram as medidas adotadas para resolver o problema.

Para o PSD, “os professores do EPC têm e sempre tiveram que certificar o seu tempo de serviço junto das entidades competentes”. Até dezembro de 2016 a certificação decorria junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, mas no início do ano a DGAE criou uma plataforma à qual os docentes deveriam recorrer para o efeito. Verifica-se, contudo, que esta ou não responde às dúvidas colocadas pelos professores ou dá informações divergentes. “A esta data muitos professores, cujos processos estão em análise, ainda não tiveram resposta daquele serviço, o que naturalmente está a criar angústia e muitas dúvidas quanto ao seu futuro”, salienta o PSD.

## Professores vêm-se impossibilitados de concorrer

“A promoção de uma maior estabilidade do corpo docente nas escolas é um fator decisivo para aumentar a qualidade do ensino”, defendem os social-democratas. Recordam que “entre 2013 e 2015 foram vinculados aos

quadros do Ministério, através dos diferentes concursos, mais de 4000 professores que se encontravam em situação laboral precária”. O atual Executivo optou “por vincular apenas 100 professores” em 2016, mas em 2017 decidiu-se sobre uma vinculação extraordinária, tendo dado início a concursos interno e externo, aos quais os professores do ensino particular e cooperativo estão a ser impedidos de concorrer, segundo denunciam.

O PSD exige explicações céleres ao Ministério da Educação sobre o aviso do concurso de professores, lembrando que a plataforma só está disponível até às 18h00 do próximo dia 24 de abril. Os deputados recordam que a tutela assumiu publicamente “uma transição aos docentes que nos últimos anos tinham assegurado o ensino em escolas com contrato de associação”. O que se veio a verificar, com o aviso de abertura do concurso, foi que “é solicitado um documento com condições mais restritas do que as previstas na lei”, denunciam os social-democratas. Explicam que “os professores que saíram das escolas CA em setembro e nesta data estão desempregados ou numa escola pública não poderiam concorrer”. Mas os constrangimentos são mais, na medida em que “os professores dos CA parecem estar limitados a concorrer ao concurso externo apenas a um grupo de recrutamento em 2.ª prioridade e forçosamente em 3.ª prioridade nos outros”, apesar de terem a qualificação profissional necessária.

## PSD pergunta sobre aviso de concurso de professores

“Está a documentação exigida na plataforma dos concursos a limitar a prioridade dos docentes de escolas com contrato de associação, ao contrário do que a legislação em vigor prevê?

Está impedido um docente, que à data de abertura do concurso não esteja a lecionar em turma financiada por contrato de associação, de concorrer?”

Estão as regras definidas no Aviso de Concursos a impedir que docentes de escolas com contrato de associação possa concorrer em 2.ª prioridade, a mais de um grupo, nos grupos de recrutamento nos quais detém profissionalização, como acontecia anteriormente?”

## Programa +Superior: Governo avança com redefinição e atrasa-se no pagamento de bolsas

Também a redefinição do programa +Superior está a levantar diversas questões. Para o PSD, o Governo “impôs uma restrição do acesso a um apoio que visa a diminuição das desigualdades territoriais”, limitando-o “aos que recebem bolsa de estudo no âmbito da Ação Social, confundindo deliberadamente estratégias e políticas de incentivo ao desenvolvimento económico das regiões e desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior abrangidas com política de ação social”.

Os deputados do PSD lembram que, no ano letivo 2015/2016, “foram atribuídas 1732 bolsas ao abrigo do +Superior 2014, das quais 798 corresponderam a renovações”. No entanto, o programa foi “temporariamente suspenso”, “lançando o programa num limbo de indefinição quanto ao seu futuro”. Além de ter procedido a uma alteração do programa, o atual Executivo atrasou-se “vários meses no pagamento destas bolsas”.

# Governo desiste de ligação de Metro no Hospital Amadora-Sintra

A extensão do Metro ao Hospital Amadora-Sintra deixou de ser uma prioridade para o Governo e os recursos financeiros são desviados para a extensão Largo do Rato-Cais do Sodré, em Lisboa. O Governo, o Metropolitano de Lisboa e a Câmara da Amadora fizeram promessas, alimentaram ilusões, criaram falsas expectativas e agora comunicam que desistem do projeto. “Quantas vezes os cidadãos de Amadora e Sintra serão prejudicados, na sua mobilidade, pelo Governo?”, questiona Carlos Silva, deputado do PSD.

Carlos Silva considera que “as declarações em 2009 dos responsáveis do Governo, do Metropolitano de Lisboa e da Câmara Municipal da Amadora, bem como o plano de expansão do Metropolitano de Lisboa então apresentado, não fizeram mais do que iludir os amadorenses e sintrenses criando falsas expectativas”. A decisão prejudica a mobilidade de 60 mil pessoas.

Na inauguração da estação do Metro da Reboleira, o ministro do Ambiente anunciou que “a política do Governo para o Metropolitano de Lisboa” obriga os responsáveis a “ser muito ponderados em relação a novos investimentos”, pelo que estes “deverão essencialmente ser desenhados para o reforço da conectividade entre as linhas já existentes”.

Os deputados do PSD António Costa Silva, Carlos Silva, Luís Leite Ramos e Sandra Pereira querem conhecer os motivos que sustentam esta mudança de orientação estratégica.

As declarações quer do ministro do Ambiente, quer do presidente do Metropolitano de Lisboa, de que os investimentos previstos no Plano Nacional de Reformas relativamente ao alargamento da rede do Metropolitano seriam realizados exclusivamente na cidade de Lisboa, constitui uma verdadeira surpresa e contradiz o que foi anunciado.

O PSD entende que esta alteração de posição em torno da expansão do Metropolitano de Lisboa é a prova de que “Palavra dada não corresponde a palavra honrada”.

Carlos Silva recorda que “os amadorenses já foram discriminados com o valor dos seus passes no processo de entrega da Carris à Câmara Municipal de Lisboa e também com a decisão do Metropolitano de Lisboa de reduzir para metade os comboios que servem as estações de metropolitano situadas na Amadora (Alfornelos, Amadora-este e Reboleira)”.

Os deputados do PSD pretendem saber quais as medidas tomadas pelo Governo por forma a compensar esta quebra de compromisso para com as populações Amadora e Sintra.

O Metropolitano de Lisboa continua assim longe de atingir o verdadeiro desígnio, que é ganhar escala. Com os investimentos previstos para a Amadora desviados para a extensão da rede do Rato até ao Cais de Sodré, o PSD conclui, uma vez mais, que os amadorenses e os sintrenses vêm-se privados de uma mobilidade de qualidade nos transportes em detrimento de Lisboa.

# Tempo de espera aumenta no Aeroporto de Lisboa

Os tempos de espera dos passageiros no Aeroporto Humberto Delgado aumentaram nas rotas dos EUA e Canadá, prejudicando a imagem externa do País, num setor vital para a economia, o Turismo.

“Surtem a público vários dados que dão conta de graves problemas no Aeroporto de Lisboa que levam a que passageiros oriundos, designadamente de novas rotas da TAP para os Estados Unidos e Canadá, passem várias horas em filas de espera para efeitos de controlo de passaportes”. O alerta é dado pelo PSD que diz tratar-se “de uma situação inaceitável e que já se arrasta há muito tempo”.

Os social-democratas entregaram, assim, um requerimento na Assembleia da República a solicitar a audição da secretária de Estado do Turismo, “porque está em causa a imagem de um setor estratégico e prioritário para Portugal”, defendem. Os deputados pretendem saber que medidas estão previstas com vista à resolução imediata deste problema.

“O setor do Turismo, no qual Portugal tem vindo a apostar ao longo das últimas décadas, constitui um dos motores da nossa Economia e um setor estratégico para o desenvolvimento do País”, salienta o PSD. “A imagem de marca do Turismo português, há largos anos presente nos mercados internacionais, deve ser protegida contra certas situações gravosas que, a manterem-se, não serão facilmente esquecidas ou ultrapassadas por campanhas publicitárias”, acrescentam os deputados.



# PSD quer debater utilização de Base Aérea de Monte Real para fins civis



A abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil é um projeto importante para a região centro de Portugal. Em março deste ano, depois de uma primeira missiva dirigida, pelos deputados do PSD, ao ministro do Planeamento e Infraestruturas, a secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares respondeu que “o Governo considera que o debate sobre a eventual utilização civil da Base Aérea de Monte Real não deve ser concomitante com o projeto atualmente em curso para a Base Aérea do Montijo, pelo impacto que tal perspetiva teria na operacionalidade das Forças Armadas”.

Para o PSD, é preciso que o Governo esclareça os motivos porque considera que o debate sobre a eventual utilização civil da Base Aérea de Monte Real não deve acontecer ao mesmo tempo que o projeto atualmente em curso para a Base Aérea de Montijo.

Os deputados do PSD consideram que não faz sentido tomar uma decisão desta natureza, sem estudar as várias alternativas em simultâneo, até para uma análise de eventuais complementaridades.

A recente opção do Papa Francisco, que irá aterrar na Base Aérea de Monte Real, para a sua deslocação ao Santuário de Fátima, em maio, constitui mais uma

prova da importância estratégica da abertura desta Base Aérea à Aviação Civil. A sua localização geográfica, no Centro de Portugal, próxima do Santuário de Fátima e de vários locais classificados como Património Mundial (Batalha; Tomar; Alcobça e Coimbra) não pode continuar a ser ignorada, numa altura em que o Turismo aparece como um fator de grande importância estratégica para Portugal.

Os deputados do PSD entendem que a existência de um aeroporto de baixo custo no centro de Portugal seria um investimento âncora, de grande relevância para a região centro.

## Governo mente “de forma descarada” no aumento dos combustíveis

O PSD criticou, também, “a falta de transparência e de verdade do Governo”, por ter mentido descaradamente sobre o aumento do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP). “Uma das características deste Governo é a falta de coragem para assumir as suas opções e a falta de seriedade com que fazem os seus debates. Mentem de uma forma descarada aos portugueses sobre todas as matérias. A UTAO mostra que nos produtos petrolíferos o Governo, com a cumplicidade do BE e do PCP, arrecadou mais 250 milhões de euros do que estava previsto”, acusou Duarte Pacheco.

Portugal tem os combustíveis mais caros do mundo. Para o PSD, o objetivo do agravamento do ISP em 2016 foi apenas o de arrecadar receita para “cumprir as metas da execução orçamental”.

Na mesma linha, a deputada Margarida Balseiro Lopes referiu que, como os preços estavam historicamente baixos, o atual Executivo decidiu aumentar o ISP e acabar com as revisões trimestrais, enganando os portugueses.



Maria Luís Albuquerque sobre o Plano Nacional de Reformas

# “Os portugueses mereciam mais”



O Governo tinha obrigação de colocar a economia a crescer mais e em retirar Portugal do “rating” lixo. PS, BE, PCP dão medidas generosas à banca, penalizando os contribuintes e as empresas e no Plano Nacional de Reformas não há uma única medida estrutural.

“Os portugueses mereciam mais. Até porque somos capazes de fazer bem melhor”, foi assim que a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, se referiu ao Programa de Estabilidade (PE) e ao Programa Nacional de Reformas (PNR), acusando o Governo, BE e PCP de dar medidas generosas à banca, em prejuízo dos contribuintes. Nos programas a maioria de esquerda “nem assegura a estabilidade, nem apresenta reformas. São documentos para Bruxelas ver”.

Maria Luís Albuquerque salientou, dia 19, na Assembleia da República, que a apresentação do PE e do PNR “mais do que cumprir uma obrigação perante a Comissão Europeia, deve ser uma oportunidade para debater e avaliar o que a maioria, que em cada momento governa, se propõe fazer no médio prazo e de que forma essas intenções se refletem na evolução das finanças públicas”. No entanto, verifica-se que não o foi feito nem em 2016, nem em 2017. “Temos uma maioria governativa que só, minoritariamente, se revê nos documentos, mas que ainda assim prefere expressar um suposto desagrado com palavras inconsequentes e manter-se no aconchego do poder”, criticou.

## PNR não tem “uma única reforma estrutural”

Para a social-democrata, não há “uma única reforma estrutural” no PNR, pelo que “não se compreende de onde virá o previsto crescimento das exportações e do investimento privado”. Acrescentou mais: “espera-se, ao que parece, que a economia cresça por efeito das reformas que foram empreendidas em Portugal entre 2011 e 2015, as que não foram ainda revertidas, claro está, e também à boleia da recuperação cíclica da economia europeia e mundial”.

O PSD considera que o PNR é “muito curto para o que o País precisa e para o que tinha condições de alcançar”. A vice-presidente do PSD lembrou os desafios e esforço dos portugueses em período de crise para alertar que “Portugal já perdeu um ano neste caminho do crescimento, ao interromper em 2016 a trajetória de aceleração do crescimento”.



Há, segundo diz, uma clara “falta de ambição” da maioria de esquerda que, de acordo com Maria Luís Albuquerque, acolhe “como uma boa notícia qualquer coisa que não seja uma desgraça para o País”. Referiu, assim, a casos como: um ranking que se manteve em lixo; descida ligeira dos juros da dívida pública a 10 anos; crescimento de 2016 fixado em 1,4%, depois de a previsão original ter sido revista em baixa. “Quando a maioria de esquerda se mantém, é uma boa notícia, mesmo se foi com base num compromisso firme de estabilidade para os quatro anos que o atual Governo pode assumir o poder, depois das eleições”, criticou. Esta postura revela expectativas “baixas” da maioria de esquerda e, “provavelmente, de muitos dos seus apoiantes”.

## Governo tinha obrigação de “pôr a economia a crescer muito mais”

A social-democrata afirmou que o resultado orçamen-

tal para 2016 é positivo, mas apenas possível “porque ignorou o Orçamento aprovado nesta Assembleia e se aplicou uma estratégia oposta”. O Governo negou sempre “que o plano era outro” e nunca teve “a hombridade de apresentar ao escrutínio dos deputados o plano que realmente foi executado, através de orçamento retificativo”.

Maria Luís Albuquerque referiu-se a “tempos difíceis” na Europa e no mundo para salientar que “um Governo e uma maioria responsáveis estariam, neste momento, a aproveitar o enquadramento favorável para reformar o País e dar à economia nacional uma resiliência que ainda não tem para fazer face a quaisquer contingências futuras”. Afirmou que “o Governo tinha a obrigação de retirar o rating de Portugal do lixo, de por a economia a crescer muito mais, de beneficiar da política de juros baixos do Banco Central Europeu, e nada, mesmo nada, no Programa de Estabilidade e no Programa Nacional de Reformas nos indica um caminho nesse sentido”.

O PSD acusa o Governo de apenas dedicar “medidas generosas” à banca, pois renegociou o empréstimo ao Fundo de Resolução, penalizando os contribuintes. “Este é o mesmo Governo, esta é a mesma maioria, que logo no Orçamento do Estado para 2016 rasgou o compromisso sobre a reforma do IRC e reverteu o alargamento do

prazo de reporte de prejuízos das empresas”, criticou. “É o mesmo Governo e a mesma maioria que chumbou no Orçamento de Estado para 2017 a proposta do PSD de repor os 12 anos”, acrescentou. Segundo defendeu, “o que fica agora claro é que para este Governo e os partidos que o apoiam, PCP e BE, só a banca merece cuidados e preocupações”.

Reiterando que Portugal precisa de empresas que criem postos de trabalho e riqueza, Maria Luís Albuquerque salientou que “a esquerda não gosta de empresas grandes, que criem muitos postos de trabalho, que inovem, que invistam e que possam ter condições para competir além-fronteiras, para serem ‘players’ globais”. Deixou uma crítica a BE e PCP em jeito de interrogação: “quem diria que se iriam revelar tão prestimosos para com a parte do ‘grande capital’ que mais criticaram antes de experimentar o poder?”. Mantém-se, por isso, o “pecado original” da maioria: “ocupam-se de distribuir riqueza por alguns, mas não cuidam de a criar”.

# Governo ilude portugueses com embrulhos folclóricos

“Acabou de nos apresentar mais um daqueles embrulhos, célebres e folclóricos, com que o Governo tenta iludir os portugueses”, disse Luís Leite Ramos, vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, depois da intervenção do ministro do Planeamento em plenário, esta quarta-feira. “Não consegue esconder, com papéis velhos e gastos, a falta de ambição e o pouquinho da meta do crescimento económico que o seu Governo propõe ao País”, acrescentou, referindo-se ao investimento público referido por Pedro Marques.

Para Luís Leite Ramos, “se há alguém neste Governo e neste país que tem uma cara e um rosto da falta de investimento público, do maior desinvestimento de que há memória em Portugal é vossa excelência e o seu Governo”. Com este Executivo, o investimento é inferior ao do “período difícil da austeridade” e às promessas feitas ao País, pelo que “falar de investimento público é uma falta de pudor e de respeito pelos portugueses”.

Sobre os fundos comunitários, o deputado do PSD disse ser necessário comparar a execução de 2016 com a de

2009, para depois questionar: “sabe quanto menos foi o investimento nessa matéria?”. “Menos 1375 milhões de euros em relação a 2009, menos 38%”, respondeu. Recordou que, desde o final de 2011 e até ao final do QREN, Portugal “liderou a execução dos fundos comunitários no espaço europeu”. “É hoje o sétimo país em matéria de execução”, criticou.

## “Corte brutal da despesa pública”

Houve um “corte brutal da despesa pública em 2016” que, nas infraestruturas de Portugal, “foi superior a 400 milhões de euros”, denunciou o social-democrata. “Bem sei que lhe chamaram cativações e que esse nome pomposo serviu, apenas, para esconder a realidade”. O corte efetuado afetou “obras públicas em curso, manutenção e requalificação de outras obras e, até, a segurança nas circulações ferroviária e rodoviária”. Dada a situação, Luís Leite Ramos questionou o ministro do Planeamento: “o senhor garante que os portugueses podem estar descan-

sados em matéria de segurança rodoviária e ferroviária face ao desinvestimento que houve nas infraestruturas de Portugal?”

Luís Leite Ramos referiu-se ao impacto dos cortes na educação e na saúde, para acusar: “já percebemos que este Governo não reforma ou reverte apenas as reformas que foram feitas pelo anterior governo”.

## Como é que o Governo vai garantir investimento?

“Com o crescimento que o Governo projeta para os próximos anos, 2% em média (pelos vistos já revisto em baixa), onde é que vai buscar os meios para garantir o investimento e a despesa pública necessária para continuar não só a garantir aos portugueses um conjunto de serviços e bens públicos fundamentais, mas também para continuar aquela política de devolução, que o governo anterior começou, de rendimentos?”, perguntou o vice-presidente da bancada parlamentar.



# Governo afronta 400 mil proprietários



“Não valoriza a propriedade”, “propaganda” e “uma afronta à economia, porque retira-lhe competitividade e produtividade”. Foi desta forma que o deputado do PSD, Nuno Serra, se referiu às alterações que o Governo pretende introduzir ao regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização do território nacional.

Para o PSD, os diplomas que o Governo acaba de apresentar não constituem uma reforma da floresta. Não são a reforma para uma geração, nem para uma década. São uma afronta à floresta, a 400 mil proprietários, investidores, associações florestais, aos territórios de baixa densidade e à economia.

Nuno Serra acusou o ministro da Agricultura de “ceder aos interesses” do Partido Ecologista/“Os Verdes”, desperdiçando uma oportunidade para investir no setor. “O senhor ministro prefere alimentar um preconceito ideológico do que alimentar uma indústria que dá emprego a 2% da população ativa e vale mais de 3% do PIB. São, sim, uma afronta ao Saber e à Ciência, porque as medidas apresentadas desconsideram todo o conhecimento florestal, em detrimento de um preconceito retrógrado”, disse

O deputado do PSD questionou, ainda, o ministro

da Agricultura se entre esta “deriva preconceituosa, os terrenos florestais com mais de 50 hectares serão ou não objeto do aumento do IMI que o PS aprovou em sede de Orçamento”.

“Chega de propaganda, chega de encenações a fingir que pretende consensos em torno de uma política florestal. Esta ‘pseudo-reforma’ foi feita de costas voltadas contra o setor florestal”, sublinhou Nuno Serra.

O Governo é, assim, responsável por proibir novas plantações de eucaliptos, secundarizar o papel das associações florestais e limitar o investimento e o crescimento do setor florestal, empobrecendo o mundo rural.

## “Estamos muito aquém” do esperado no sistema de recolha de ADN

São necessários “instrumentos eficazes para fazer investigação criminal, mas principalmente para fazer prevenção criminal”, considerando as ameaças a que os países estão, hoje, sujeitos. O alerta foi dado pelo deputado Fernando Negrão, a propósito do projeto de lei do

PSD sobre base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal.

O PSD propõe que se torne “claro que os tribunais e o Ministério Público, no que diz respeito à recolha, obrigam o arguido condenado, por crime doloso a pena de prisão igual ou superior a três anos, a facultar a amostra de ADN”; se determine “a punição por crime de desobediência qualificada como regra para a recusa de condenados à recolha de amostras determinadas na sentença”; se simplifique “o procedimento, designadamente na inserção de amostras problema”.

Fernando Negrão recordou que a base de dados de perfis de ADN foi criada em 2008, “para fins de identificação criminal e civil”. Contudo, “foram precisos dois anos para inserir a primeira amostra”. Volvidos sete anos, diz o deputado, “estamos muito aquém daquilo que, no início, era previsível”.

O PSD defende que se trata de uma “ferramenta indispensável para a Investigação Criminal”, pelo que é necessário tomar “duas decisões: uma para a recolha de amostras, outra para inserir no perfil”, com vista a um “melhor sistema de recolha de ADN ao serviço da investigação”.

# POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [psd@mail.telepac.pt](mailto:psd@mail.telepac.pt)

## Visto

### Autores e não actores

Termina agora, dois anos depois de Santa Maria da Feira, o segundo ciclo político então iniciado: de Março a Outubro de 1996 fizemos a reforma do Partido e a revisão dos estatutos; de Outubro de 1996 até Dezembro de 1997 preparámos, com sucesso, as eleições autárquicas; alcançámos as nossas metas na revisão constitucional; parámos o absurdo de uma regionalização confidencial e clientelista, preparada nas costas dos portugueses; garantimos a estabilidade política, mas criticando, permanentemente, o adiamento constante do Governo na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na Justiça, na Administração Pública; apresentámos, com acolhimento parlamentar, propostas nos domínios do combate à droga, da criminalidade, da abolição das colectas mínimas, das finanças locais, do estímulo ao emprego e dos cuidados de saúde; contribuímos, na Oposição, para o objectivo nacional do euro, designadamente através da nossa integração determinante no Partido Popular Europeu.

Honro-me de ter servido o PSD durante estes dois anos, contando com o apoio dedicado, entusiástico, sacrificado das melhores bases partidárias de Portugal - as sociais-democratas.

Começa agora um novo ciclo político, de constituição de uma Alternativa Democrática ao Partido Socialista, ciclo esse que envolverá referendos diversos e duas eleições - a europeia e a parlamentar.

A Alternativa Democrática ao PS é essencial porque o Governo que temos fala mas não faz, promete mas não cumpre, seduz mas não realiza.

O Primeiro-Ministro é um actor, mas não um autor. Representa o papel que lhe convém em cada momento, mas não faz obra, não reforma, não resolve os problemas concretos dos portugueses.

Dou quatro exemplos: as áreas urbanas, onde se vive cada vez pior, na habitação, nos transportes, na segurança; os jovens com problemas crescentes de educação de qualidade e de emprego; as classes médias e médias-baixas, com impostos disfarçados, como as colectas mínimas, ao mesmo tempo que meia dúzia de senhores ou grupos protegidos fecham acordos de favor com o Governo e ganham com a evasão fiscal; os agricultores à beira da maior crise de sempre com a revisão da PAC.

É tudo isto e muito mais, que é preciso mudar.

Com coragem, generosidade, mas também ideias novas, caras novas, e firmeza no caminho. Que a simpatia e a sedução, deixemo-las para os que representam, mas não fazem. Precisamos de autores e não de actores.

Marcelo Rebelo de Sousa

Governo promete, mas não faz

## Marcelo desafia Guterres a apresentar reformas concretas na Educação, Saúde e Segurança Social

• Pactos de regime sem decisões concretas são poeira para os olhos

página 8

## CDU de Kohl apoia o PSD

página 8



## UD da Catalunha celebra Protocolo com PSD português

página 8

Dois anos de mandato cumprido

## Virámos a página na Internet

página 3

Tribuna Aberta

## Reformas estruturais da Saúde: Uma questão supra-partidária?

página 5

Edição n.º 1145 do "Povo Livre", de 1 de abril de 1998. Manchete: "Governo promete, mas não faz: Marcelo desafia Guterres a apresentar reformas concretas na Educação, Saúde e Segurança Social". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".



# A falsa alternativa!

Pedro Passos Coelho (\*)

O governo tem-se esforçado por transmitir a ideia de que a sua estratégia económica e orçamental tem funcionado bem. Apresenta, para esse efeito, os resultados obtidos com a descida do desemprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, sugere que a descida do défice público para 2% do PIB evidencia que, afinal, era perfeitamente possível reverter rapidamente as medidas de austeridade sem pôr em causa a consolidação orçamental e as metas assumidas com a União Europeia. Em conclusão, segundo os socialistas, estes resultados comprovam que a austeridade dos anos anteriores era desnecessária e só aconteceu por obsessão ideológica do governo que chefiou. Como costumam dizer, fica provado por esta solução de governo que, afinal, havia mesmo alternativa.

Sem surpresa, não têm razão.

Não têm razão, desde logo, porque o que se passa hoje em Portugal não tem qualquer comparação com a situação vivida em 2011, quando o então Primeiro-ministro José Sócrates pediu a intervenção da Troika. Qualquer pessoa medianamente consciente e informada sabe o que se passou então. O País perdeu acesso a financiamento externo na sequência de desequilíbrios fortíssimos, envolvendo quer as contas públicas – com défice superior a 10% do PIB, registados tanto em 2009 como em 2010 – quer as contas externas, com um défice grave ao nível da balança de pagamentos, representando uma dívida externa, pública e privada, numa trajetória de insustentabilidade. Os socialistas, que ainda em 2010 aprovaram e aplicaram dois PEC cheios de austeridade, pelos quais reduziam fortemente rendimentos e prestações sociais e agravavam impostos, sabem que se houvesse verdadeiramente alternativa a teriam posto em prática, evitando assim a intervenção externa e a consequente humilhação política para o seu governo e para o País. Todos sabemos, infelizmente que quando é demasiado tarde para atuar sobre as causas dos problemas, fica apenas a inevitabilidade de fazer o que é preciso para poder ter acesso ao dinheiro que é indispensável para evitar a rutura de pagamentos e a consequente miséria social e económica que esta acarreta.

Em conclusão, se hoje temos espaço de manobra para ter mais escolhas nas políticas públicas, isso deve-se tão só ao facto de termos sido bem-sucedidos na estratégia de recuperação nacional que o anterior governo pôs em prática. A austeridade pode hoje ter uma feição diferente – e sim, ainda há muita austeridade disfarçada – porque já não temos a pressão da Troika e dos mercados que tivemos há uns anos. Mas não é ao Partido Socialista, nem ao Bloco de Esquerda ou ao Partido Comunista Português que devemos agradecer a liberdade de escolha que hoje temos. Os partidos da atual maioria, quando foi difícil trabalhar para livrar Portugal do resgate, defendiam políticas que nos teriam colocado na situação de incumprimento, como aconteceu com a Grécia. Ora, na Grécia, infelizmente, continua a não haver alternativa à austeridade e parece que a União Europeia mudou pouco a sua exigência de cumprimento do programa – o terceiro já – de assistência, permanecendo o Syriza no governo muito contrariado, a pedir flexibilidade às instituições europeias e ao FMI, mas a executar políticas de aperto orçamental que incluem cortes importantes de rendimentos.

Quanto à recuperação económica que o atual governo exhibe como consequência da sua estratégia acertada, duas ordens de abordagem se impõem.

A primeira abordagem é para lembrar que a recuperação dos indicadores mais relevantes iniciou-se ainda em 2013, com exceção do investimento que só começou a recuperar mais intensamente em 2015. Os socialistas querem fazer crer, por exemplo, que o crescimento do emprego e a redução do desemprego é algo que começou agora e que resulta da sua estratégia económica. Mas não é assim: a população empregada cresceu cerca de 176 mil entre 2014 e 2016, mas destes quase 120 mil referem-se a 2014 e 2015. O mesmo com o desemprego: a população desempregada reduziu-se em cerca de 282 mil no mesmo período, mas só entre 2014 e 2015 reduziu-se quase em 209 mil.

Poderia dizer o mesmo quanto às exportações, incluindo nelas o turismo, bem como quanto ao saldo externo: as exportações aceleraram a partir de 2013, tendo até perdido dinamismo na primeira metade do ano de 2016 e só recuperando mais intensamente a partir do verão passado; no caso do saldo externo, depois de termos alcançado um saldo positivo a partir ainda de 2012, o que não acontecia há décadas, é verdade que este saldo melhorou em 2016 face a 2015, mas isso deveu-se menos ao comportamento das exportações e mais à queda registada nas importações, que acompanharam a retração do investimento que ocorreu em 2016 face a 2015.

Dizem ainda os socialistas que o comportamento do investimento resultou da queda registada ainda no último trimestre de 2015. Realmente, quando olhamos para o investimento em volume, ele aumentou em termos homólogos durante todo o ano de 2015. Já quanto à formação bruta de capital fixo (FBCF), um dos elementos mais importantes do investimento, apenas no último trimestre de 2015 teve uma diminuição (0,9%) perfeitamente compatível com a incerteza gerada pelo resultado das eleições. Porém, durante os três primeiros trimestres de 2016, a FBCF continuou a contrair, só recuperando no final do ano passado, mostrando que a desconfiança quanto à solução de governo socialista atrasou bastante a recuperação que se tinha iniciado em 2015.

A segunda abordagem para pôr em evidência que a recuperação económica não nasceu com este governo, ao contrário da sugestão socialista, encontra-se diretamente nos números do crescimento económico. A economia cresceu 0,9% e 1,6% respetivamente em 2014 e 2015. Recordo que, no ano passado, a economia cresceu apenas 1,4% abrandando, assim, o ritmo que vinha de trás. Infelizmente, isto aconteceu quando importantes parceiros económicos de Portugal registaram taxas de crescimento muito superiores à nossa, como aconteceu com a Espanha. E aconteceu também quando a conjuntura externa oferecia vantagens significativas, sobretudo ao nível do preço do petróleo, cuja baixa não foi por nós aproveitada dada a necessidade do governo redistribuir impostos, ou seja, financiar a baixa do IVA da restauração e a remoção parcial da sobretaxa do IRS com o agravamento do imposto sobre os combustíveis, entre outros impostos, nomeadamente impostos especiais sobre o consumo.

Os socialistas trouxeram, assim, um ano em que, em vez de acelerar a recuperação económica, atrasaram-na. E, em vez de colherem bons frutos pela estratégia que seguiram, beneficiam sobretudo da herança económica que receberam do governo anterior. Um dos casos mais clamorosos desta evidência encontra-se no comportamento do emprego. Talvez não por acaso, esta é uma área em que, apesar das expectativas acalentadas pelo BE e pelo PCP, o governo ainda não se atreveu a reverter a reforma estrutural realizada pelo governo anterior na área laboral. Por isso podemos continuar a ver a recuperação a ocorrer no emprego e no desemprego. Mas é lícito supor que, se a estratégia defendida pelo governo anterior tivesse prosseguido, a recuperação económica e do emprego seria sensivelmente mais forte, porque mais forte seria também a recuperação do investimento.

Analisemos agora a menina dos olhos socialistas, a redução do défice público. Começo por lembrar que a estratégia orçamental do governo não só não foi nada constante como evoluiu rapidamente desde o momento inicial. Tenha-se presente a alteração realizada logo no começo de 2016 com a apresentação do esboço de orçamento pelo governo junto da Comissão Europeia. Nessa altura, o governo desistiu de enfrentar Bruxelas e corrigiu as intenções iniciais, nomeadamente em termos de valor para o défice, que passou de 2,6% para 2,2%.

Mas vamos agora ao défice mais baixo da democracia. No Programa de Estabilidade é o próprio governo que reconhece como se alcançou a meta: foi com uma redução não programada de investimento público, que valeu 0,9% do PIB, e com uma redução da fatura com juros da dívida, na ordem dos 0,2% do PIB, ajudada sobretudo pela amortização no início do ano de uma linha de obrigações antiga com elevada taxa de juro (6,4%). Não esquecer, ainda, as receitas extraordinárias, em particular as que estão relacionadas com o processo extraordinário de regularização de dívidas, a valer perto de 0,3% do PIB. Não é preciso grande esforço para somar o valor destas medidas e verificar que representam 1,4% do PIB. Ou seja, sem elas o défice teria sido claramente superior a 3% impedindo a nossa saída do procedimento por défice excessivo.

Para melhor compreender o que se passou em 2016, vale a pena recordar os números que foram divulgados pelo Conselho de Finanças Públicas no relatório da Conta das AP: face ao previsto no orçamento, a receita ficou quase 2 mil milhões de euros aquém do previsto; a despesa primária (sem juros da dívida) acabou por se desviar da previsão em menos quase mil e setecentos milhões de euros. Ou seja, face à diminuição de receita prevista e para cobrir o aumento das despesas programadas na estratégia inicial, o governo foi forçado a tomar medidas de emergência, ou o tal plano B, que negou existir durante quase todo o ano. Chegou-se mesmo à situação caricata de ter o Ministro das Finanças a afirmar, pelo outono, que a execução orçamental estava a decorrer sem quaisquer desvios, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Correu tudo ao contrário. O desvio foi de tal ordem, como sempre dissemos que iria ocorrer, que o governo foi forçado a mudar de estratégia e a travar às quatro rodas. O que fez então? Cortou a direita onde no passado sempre considerou que era criminoso cortar, no investimento público, e como não há memória de se cortar em décadas de democracia, incluindo no tempo da bancarrota. Não colhe, como está bem de ver, a acusação ridícula de que o investimento público só não foi superior porque o anterior governo não deixou concursos lançados. Quer dizer que, ironicamente, o governo prefere assumir implicitamente que deve ao governo anterior o cumprir a meta do défice deste ano, isto só para não ter de ficar com o ónus de ter executado uma política de emergência a dois anos e meio depois de termos fechado o resgate, o governo conduziu uma estratégia orçamental errada e arriscada e, para evitar o pior, viu-se forçado a executar uma política de emergência. Fê-lo sem reconhecer os riscos e os erros que cometeu e sem assumir com transparência e coragem a correção de trajetória que tinha traçado. Esta é a maior evidência de que a estratégia falhou e que o governo teve de mudar de vida. Ao não assumirem este resultado, os governantes preferem criar a ilusão de que tudo decorre dentro da normalidade, quando tudo está fora dela.

Preocupa, por isso, que se encare o ano presente e futuro da mesma forma. Não porque não seja bom cumprir com as metas dos défices que permitem sair do procedimento por défice excessivo, mas porque se torna difícil continuar sustentadamente fora do dito procedimento quando a estratégia é manter o País em estado de emergência financeira (a tal diferente austeridade) que obriga a andar à procura de medidas extraordinárias, que trazem cobertura para a insuficiente previsão orçamental para políticas públicas tão relevantes quanto a saúde ou a educação, por exemplo. Isto já para não falar de velhas práticas, que gostávamos que estivessem banidas, de aumentar as dívidas que degradam a qualidade de serviço prestado, nomeadamente nos hospitais públicos e outros serviços, com prazos de pagamento cada vez maiores e com expedientes de desorçamentação temporária, implicando práticas de não reconhecimento de faturação por serviços ou bens fornecidos à esfera pública.

Enquanto vive da herança que recebeu no plano económico e de expedientes orçamentais para criar a ideia de que cumpre sustentadamente as metas, o governo degrada as perspetivas do futuro por duas vias: pela reversão que faz de reformas estruturantes que realizámos no passado recente, e pela ausência de qualquer agenda reformista digna desse nome a pensar no futuro. Ambas resultam do pecado original que sustenta o governo: a aliança com a esquerda radical, que tem uma natureza anti-mercado e contrária à nossa participação na EU e no euro; e uma miopia crónica que hipervaloriza o curto prazo e a vontade de agradar a qualquer preço e que chuta para canto quaisquer incómodos políticos associados a uma agenda de reforma estrutural.

Isto tem conduzido mesmo a resultados um tanto perversos e seguramente indesejáveis: por exemplo, a necessidade de agradar à esquerda radical levou a compromissos para aumentar o salário mínimo bem acima da produtividade. Para não prejudicar demasiado as empresas e a economia, o governo decidiu tornar permanente o mecanismo de compensação por via da TSU. Resultado, o número de trabalhadores a auferir o salário mínimo passou de perto de 400 mil no primeiro trimestre de 2014 para quase um milhão no final de 2016. E assim o governo trouxe-nos um modelo de crescimento com baixos salários, enquanto apregoava um modelo baseado em valor acrescentado.

O problema está em que o crescimento sustentado e inclusivo a que aspiramos depende muito fortemente da nossa capacidade para executar essas transformações estruturais. Quer dizer, o crescimento capaz de gerar poupanças para pagar dívidas e investir no futuro, melhorando o nível e a qualidade do emprego ao mesmo tempo que suporta uma sociedade com menos desigualdades e mais justiça social, dependerá da nossa vontade para trabalhar seriamente na tal agenda reformista. Que é a agenda que a atual maioria não tem, mas que está no centro do trabalho político do PSD.

Enquanto esta maioria governar, o País poderá ser sujeito à ilusão de que tudo vai decorrendo com aparente normalidade e com resultados que não são demasiado maus. Mas o País continuará adiado.



# 25 de Abril: da estabilidade ao marasmo político

José Matos Rosa (\*)

Os primeiros dias depois do 25 de Abril foram tempos de profunda expectativa. Que futuro para Portugal, questionava-se. Um futuro com liberdade, chegaria a resposta. Sabia-se que não tardariam a alinhar-se os protagonistas políticos daqueles tempos. Sabia-se que não tardaria a surgir como tal o partido social-democrata de inspiração europeia que Sá Carneiro já tinha antecipado, antes mesmo da queda do Antigo Regime.

O PSD nasce da liberdade, como um partido personalista e humanista, valores que consagram a sua génese. Nasce da celebração da construção de uma sociedade democrática, onde devia prevalecer o pluralismo e onde todos deviam bater-se pela verdadeira justiça social. Nasce assente no pilar da solidariedade.

No fundo, o então PPD personificava os valores de Abril. Com eles, o partido empenhou-se em construir, a partir da Revolução, a verdadeira democracia que os portugueses há tanto pediam. E foi assim que estivemos nos momentos fundadores do sistema político e da sociedade que hoje temos.

Desde logo, apoiando e integrando o primeiro governo provisório, que tomou posse pouco depois do 25 de Abril e que contava com o nosso líder Sá Carneiro no elenco governativo. Da mesma forma estivemos representados nos governos que lhe sucederam, de que Joaquim Magalhães Mota fez parte.

Fomos protagonistas ativos da construção do Portugal democrático e europeísta, mesmo quando as forças de bloqueio tentavam boicotar as nossas sessões de esclarecimento por todo o País. Queriam travar a divulgação da social-democracia do PPD, mas o tempo era nosso.

Quando se acentuou a degradação do processo democrático, o PPD ocupou um lugar cimeiro na manutenção da estabilidade: nas ruas, junto dos cidadãos e dos militantes (que já eram muitos) e no acompanhamento do processo político. E o resultado foi expressivo! Nas eleições para a Constituinte, fomos a segunda força mais votada. A um partido com cerca de um ano de vida, os portugueses confiaram a responsabilidade honrosa de os representar, com grande destaque, na Assembleia Constituinte. Ontem como hoje, é em nós que os portugueses continuam a depositar a confiança.

Soubemos divergir quando os valores de Abril estiveram em causa. Mas não sem apresentar uma solução, para que o vazio de poder não fosse ocupado por derivas antidemocráticas. Soubemos agir perante as ameaças concretas à democracia recente.

Soubemos reconhecer as limitações da Constituição aprovada em 1976 e, em consequência, propusemos diversas melhorias ao texto ao longo dos anos.

A história confirma-o: o PSD foi um bastião da estabilidade democrática desde as primeiras horas daquele dia 25 de abril de 1974. Soube desafiar e soube ajudar a construir. Soube promover a reforma e levar o País em frente. Sempre com a mesma entrega ao serviço pelos interesses de Portugal.

Sim, o PSD foi e continua a ser o referencial da estabilidade democrática em Portugal. Não é fruto do acaso que os portugueses nos tenham confiado a missão de pôr ordem nas contas públicas depois dos desvarios de governos de outras cores políticas. Não foi, definitivamente, acaso a confiança expressa nas urnas, em outubro de 2015.

Naqueles primeiros dois anos depois da Revolução, estivemos onde foi necessário para dar à nossa democracia o mesmo cunho humanista, pluralista e personalista que eram os do PSD; para inscrever nela a justiça social, a solidariedade e a liberdade que motivaram o 25 de Abril.

Como nessa altura, continuámos a procurar sempre o diálogo. Com a sociedade e com outras forças políticas. Um diálogo que não seja de fachada e que não constitua um cheque em branco a troco dos ideais de ninguém. Através do diálogo – combinado com uma ação ponderada e uma visão do mundo que é reformista e audaciosa – garantimos a estabilidade do sistema político e a renovação das políticas públicas.

Estabilidade que não é imobilismo e que, por isso, não arrisca o futuro para segurar o presente. Como não foram imobilistas os homens e mulheres que lutaram pela liberdade, entre 1974 e 1976.

Hoje, o PSD continua a ser a referência de estabilidade. No Parlamento, temos um protagonismo inequívoco. Somos o tema de eleição dos líderes políticos que apoiam o atual governo. E enquanto eles se detêm a discutir o passado, continuamos a ser o único partido que vai ao Parlamento apresentar e defender uma visão para Portugal.

Amanhã, estaremos a celebrar os 43 anos do 25 de Abril. Que seja um momento para compreender como a estabilidade política não pode nunca ser tomada por marasmo. Que seja um momento de futuro para Portugal, que não pode ficar parado, a ver passar ano após ano, recordando os ideais da Revolução que nos trouxe a democracia e a liberdade. Que seja um momento de reconhecer que Portugal merece mais do que uma estabilidade aparente. Portugal merece ter governantes corajosos, como foram corajosos aqueles que fizeram, outrora, a Revolução.

(\*) Secretário-Geral do PSD

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade  
do PSD

Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de, Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2017, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Av. Alcaides de Faria, 270, 1º D, - Barcelos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Apresentação, discussão e votação da conta de gerência 2016
3. Análise da candidatura autárquica municipal

### ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de, Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 06 de Maio de 2017, (sábado), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Apreciação e votação do relatório de contas da CPS referente a 2016
3. Parecer do plenário sobre o elemento a encabeçar a lista à Câmara Municipal de Esposende, nas próximas eleições Autárquicas
4. Análise da situação política local e nacional
5. Outros assuntos de interesse para o partido

### ÉVORA / DISTITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Maio de 2017, (quarta-feira) pelas 21h30, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, 46 - Évora, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política - Processo Autárquico 2017
2. Informações

### S. BRÁS DE ALPORTEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de S. Brás de Alportel, para reunir, no próximo dia 10 de Maio de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na Rua Serpa Pinto, nº 2, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Cabeças de lista Autárquicas 2017
2. Coligação partidária autárquicas 2017
3. Outros assuntos de interesse

### S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2017, pelas 21h00, na sede, sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação político-partidária
3. Eleições Autárquicas 2017

### SANTARÉM / DISTITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 08 de Maio de 2017, (segunda-feira), pelas 21h00, no Estúdio 121 (Centro Comercial Euroshopping), sito na Rua Dom João de Castro - Entroncamento, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação de contas do ano de 2016
2. Eleições Autárquicas
3. Análise da situação política actual



### ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos estatutos da JSD e demais regulamentos da JSD, convoca-se o plenário da JSD de Arcos de Valdevez para o próximo dia 27 de Maio (Sábado) pelas 15:00, na sede do PSD de Arcos de Valdevez, sita no Centro Comercial Norte Vez Rua Nunes de Azevedo, 77 - Cave, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

**Notas:**

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Arcos de Valdevez ou a quem

estatutariamente o substitua, até às 23:59, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 15:00 e as 19:00 Horas.

### I CONSELHO DISTITAL DA JSD DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 15 de Maio de 2017 (segunda-feira), pelas 21 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Valbom - Gondomar, sita na Rua Dr. Joaquim Manuel Costa, 477, 4420-435 Valbom, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleições autárquicas;
3. Outros assuntos.

### BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Baião para reunirem no dia 27 de Maio de 2017, às 17 horas, na sede do PSD de Baião, que sita na Rua de Camões, 4640-154, Baião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário concelhio.

**Notas:**

As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 8 de maio de 2017, pelas 21 horas, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Informações;
3. Outros assuntos.